SUBDESENVOLVIMENTO

(Especial para o "Correio do Povo")

1

GUSTAVO CORÇÃO

Antes de mais nada devo notar que não se tira um conceito de um têrmo, como julgavam os que perguntaram "o que é subdesenvolvimento". A pergunta é legítima como indagação vocabular ou semântica e não como pergunta filosófica. A pergunta "o que é isto?" só está bem armada quando diante do observador interpelado se põe uma "coisa". Pede-se a natureza dela, a sua essência. Quando se põe diante do observador um têrmo, a única resposta filosófica que êle pode dar é a que dei naquela eventualidade: subdesenvolvimento é uma palavra. A pesquisa filosófica só pode começar quando tivermos notícia clara e pacífica da coisa, do fenômeno que costuma ser designado por aquêle têrmo. No caso de ambiguidade, como geralmente acontece com os fenômenos muito manuseados, convém deixar clara a acepção preferida, ou então convém procurar o denominador comum que se esconde debaixo da aparente diversidade de conceitos. O consenso unânime é as vêzes dotado de um penetrante instinto filosófico, que se manifesta na existência de um núcleo comum de coisas superficialmente diversas designadas com o mesmo nome. Outras vêzes, porém, o consenso parece comprazer-se nos equívocos e na confusão causada por êles.

No caso do subdesenvolvimento torna-se fácil a pesquisa se tomarmos para comparação casos extremos. Todos nós sabemos que há países "ricos", "poderosos", "civilizados", "adiantados", e que há outros "pobres", "fracos", "incultos", "atrasados". Correndo os olhos pelo mundo vemos de um lado os Estados Unidos, a Suécia, o Canadá, etc. e de outro lado temos Honduras, Egito, Vietnam, etc. Se tivéssemos um meio de ver como vivem, como comem, vestem, moram os habitantes dêsses diversos países tomados em sua maioria, levaríamos um susto. A diferença é brutal. E é essa diferença que nos leva a classificar os subdesenvolvidos os países em que abundam os analfabetos e os famintos. A primeira idéia que ocorre, diante de tal desigualdade, é a de definí-la econômicamente. Consultando alguns índices numéricos colhidos pelos economistas, temos uma primeira impressão da grutalidade do fenômeno. Em 1950, a renda per capita em dólares era 43 para a Índia, 35 para a Indonésia, e de um modo geral era inferior a 100 dólares em vinte e cinco países que integram a metade da população do mundo. Ora, na mesma época, o mesmo índice sobe a 1.400 para os Estados Unidos e 660 para a Inglaterra. O economista tem a incontestável liberdade de escolher um vocábulo para designar a imperfeição social que é linearmente proporcional à renda nacional per capita, poderá chamá-la de subdesenvolvimento; mas um observador mais sensato dirá que o uso do têrmo se refere a uma imperfeição social mais profunda, de mais graves repercussões humanas desde as coisas físicas até as espirituais, e que o referido índice será sinal numérico de um dos fatores e não a medida exata do fenômeno. Os economistas de mais larga visão são aliás os primeiros a impugnar a proporcionalidade entre a noção de "desenvolvimento" e o valor da renda per capita. Em conferência recentemente pronunciada na Confederação Nacional do Comércio, o dr. Otávio Bulhões teve ocasião de mostrar que no tempo da valorização da borracha a renda per cápita daquele enorme Estado quase deserto chegou a ser maior do que a do Estado de São Paulo. Ninguém, em são juízo, evidentemente, concordará com o extravagante economista que disser que naquela ocasião o Estado do Amazonas esteve mais desenvolvido do que o Estado de São Paulo. Além disso, cumpre lembrar que êsses índices econômicos se referem ao todo e pouco ou nada dizem de sua distribuição. A expressão "per capita" não se refere a "capitas" reais e humanas, se me permitem êsse plural bárbaro. E' uma média, um ente de razão que tanto pode exprimir progresso real e humano como pode traduzir monstruosa distorção no caso de estar a renda tôda concentrada em poucas mãos e portanto distribuída por muito poucas cabeças. Uma das queixas que temos do nacionalismo é justamente relativo ao esquecimento em que fica o dado humano, pessoal, em favor de um ídolo, a nação, apresentada com todos os caracteres de fim das atividades políticas e econômicas. Para nós, que praticamos a democracia humana, ou o humanismo integral de Jacques Maritain, ou que cremos na dignidade do homem em decorrência da espiritualidade de sua alma feita à imagem e semelhança de Deus — para nós o fim da economia e da política é o homem, concretamente plantado na existência e na fruição das boas alegrias terrestres, para as quais, em defesa das quais, existem exércitos, hinos nacionais, helicópteros com Presidentes dentro dele, e tôdas as demais instituições, que se tornam caricaturas e operetas quando se esquecem de sua fundamental subordinação ao bem comum. A nação, e todos os seus pertences é um meio e não um fim das atividades políticas e econômicas. E assim sendo, só haverá, dignas dêsse nome, perfeições nacionais — riqueza, cultura, etc. — se essas perfeições forem realizadas com distribuição justa, e possuídas pelas pessoas que habitam tal nação.

Só vale a pena conceituar "desenvolvimento" e lutar pela coisa, em têrmos que interessam às pessoas e não em simples entes de razão. Podemos definí-lo como uma perfeição social com tôdas as dimensões exigidas pela humanidade do homem. Está desenvolvido, o país em que a maior parte possível da população consegue viver dignamente, com os pés firmados em boa base econômica e o coração libertado para ideais verdadeiramente humanos. Ao contrário, será subdesenvolvido o país ou a região em que a população, em sua maior parte, vive como bicho, colada na terra ou nas ferramentas do senhor, prêsa no círculo vicioso da miséria. A noção de desenvolvimento deve envolver, além dos fatores econômicos, todos os outros, psicológicos, morais, religiosos, que se referem à natureza do homem e às exigências indeclináveis dessa natureza. Mas não é a soma complexa dêsses fatores que fazem o desenvolvimento: como tôda perfeição, à semelhança da saúde, da beleza, da bondade, o desenvolvimento de uma nação deve ser visto como um bem íntegro, ou como um crescimento harmonioso. Ao contrário, subdesenvolvimento será a quebra de integridade e de harmonia no todo social. Será o não crescimento ou o crescimento teratológico. Ainda que dermos à noção de "pobreza" o significado mais amplo, subdesenvolvimento não é só pobreza, não é só uma imperfeição realizada no espaço: é tambem um atraso, uma imperfeição de dimensões históricas, realizada no tempo.

Convém levar mais longe êsse duplo aspecto pobreza-atraso do subdesenvolvimento. Do primeiro aspecto, além do índice relativo à renda per cápita, temos outros algarismos reveladores da situação de miséria em que vivem muitos povos. Temos, por exemplo, no Anuário Estatístico das Nações Unidas, ou no livro de L. J. Lebret, "Suicide ou Survie de l'Occident", tábuas relativas à mortalidade infantil e à sub-alimentação que muito melhor do que a renda exprimem a miséria de algumas nações. No que se refere à mortalidade infantil consideremos os seguintes dados. Em 1936, para onze países de vanguarda, Suécia, Holanda, Noruega, Inglaterra, Estados Unidos, Dinamarca, Suíça, Finlândia, Luxemburgo, Bélgica, França, a taxa era em média de 60 crianças mortas no primeiro ano de vida para cada mil nascimentos. Dezoito anos mais tarde, em 1954, a média é de 30, e em alguns dêsses países chegou a menos do que 20. Ora, a taxa atual de países como Bolívia, Colômbia, Brasil, Equador, Honduras Nicaragua, Panamá, Peru, República Dominicana, Venezuela, é em média de 150. Cinco a sete vêzes maior do que a dos países desenvolvidos. E o autor do livro, o padre Lebret, assinala o fato ainda mais sombrio de serem as taxas atuais menos satisfatórias do que as de 1952! Consultando as tabelas relativas à alimentação, vê-se que a maior parte do mundo padece de fome crônica, e nos países subdesenvolvidos êsse dado se junta ao outro, o da mortalidade, e os dois se explicam mutuamente, nesse círculo vicioso que leva a dizer que pobreza é causa de pobreza. O que equivale a dizer, como o fez Peguy em páginas admiráveis, que há uma espécie de círculo mortal e sem remissão que distingue a miséria da pobreza digna.

Na publicação feita pelas "Presses Universitaires de France", sob a direção de Georges Balandier, com o título "Le Tiers Monde", encontramos uma contribuição muito interessante de Claude Levy com o título: "Les Critères du Sous-développement", onde o autor propõe o emprêgo de onze testes principais para a avaliação do grau de sub-desenvolvimento. São os seguintes: 1 — mortalidade, principalmente a infantil; 2 — fecundidade fisiológica do casamento; 3 — higiene rudimentar; 4 — Sub-alimentação; 5 — Consumo de energia; 6 — Forte proporção de analfabetos; 7 — Produtividade agrícola; 8 — Condição inferior da mulher; 9 — trabalho das crianças; 10 — fraqueza da classe média; 11 — Escala das sociedades.

A êsses podíamos juntar outros, como número de telefones, de médicos, de padres, sem conseguirmos enquadrar com tais cifras o aspecto total do fenômeno. O problema é de qualidade, e apesar do que disse Descartes, as questões de qualidade não se reduzem senão aparentemente a questões de quantidade. O subdesenvolvimento é uma pobreza, uma carência de perfeições devidas, é um mal físico e moral de que padece um grupo humano, que pode ser revelado por alguns índices mas não pode ser convenientemente definido por graus numéricos. Sociològicamente, moralmente, politicamente, a taxa de mortalidade infantil de 20 é muito melhor do que a de 150, não sòmente porque 150 é um número maior do que 20, mas sobretudo porque o número 20, no contexto de dados colhidos, revela uma luta, um trabalho corajosamente mantido, um estudo perseverantemente conduzido, enquanto o número 150 talvez revele, além de outras coisas, uma criminosa incúria.